

CURRÍCULO, ESCOLA E DEMOCRACIA: REFLEXÕES DE "PASSAGEIROS DE ÔNIBUS" EM SEU PERCURSO

Data de aceite: 01/09/2023

Willian Moraes Pinheiro

Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Quixadá, CE, Brasil. Professor da rede pública do fundamental I, vinculado à rede municipal da cidade de Fortaleza, Ceará.

Ana Cristina de Moraes

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. Professora na Universidade Estadual do Ceará.

Raimunda Nonata Sousa da Rocha

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. Professora da educação infantil, vinculada à rede municipal da cidade de Itapipoca, Ceará.

Edjanete Maia Rodrigues

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Professora da educação básica, vinculada à rede estadual da cidade de São João do Jaguaribe, Ceará.

Murilo Oliveira de Carvalho

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, cidade, estado. Professor da educação básica, vinculado à rede municipal da cidade de Russas, Ceará.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo refletir, por meio das experiências vivenciadas e dos conhecimentos estudados e saboreados durante os encontros da disciplina intitulada *Escola, Currículo, e Democracia*¹, sobre a interferência dessas três categorias no âmbito da constituição de nossa trajetória enquanto pesquisadores e docentes. Como elas podem dialogar e se entrelaçar? De que forma a compreensão dessas categorias colaboram com a incorporação da democracia em práticas curriculares no âmbito escolar?

Discutir sobre currículo, escola e democracia é mergulhar em questões cruciais e pertinentes para uma sociedade de seres pensantes e críticos, com opiniões e pensamentos relevantes para uma mudança qualitativa sobre seus conceitos e diversidades nas práticas educativas.

Em meio a tantos desafios

¹ Disciplina ofertada no curso de Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

enfrentados² por estudantes da turma de mestrado em relação ao percurso, que possui como ponto de partida as suas casas, com destino ao curso sediado na cidade de Limoeiro do Norte, no estado do Ceará, percebemos o desejo de trazer essa metáfora com base em autores que desenvolvem estudos sobre as categorias de currículo, escola e democracia, aqui considerados passageiros de ônibus, num passeio sem turbulências e envolvidos em um trajeto saboroso, repleto de curiosidades e trocas de experiências, com direito a três paradas que se intercalam e abordam as temáticas discutidas.

Neste percurso, teremos como passageiros José Gimeno Sacristán (2000; 2013), que traz abordagens significativas e essenciais na compreensão de currículo; Michael Young (2007), que aborda, em seus escritos, os conceitos e a importância da escola para a sociedade, e, por fim, o autor Antônio Cabral Neto (1997), que salienta e nos enriquece com seus trabalhos a respeito da abordagem e significação da democracia para o homem.

Após essas considerações iniciais, o tempo passou sem nem percebermos. Assim, deparamo-nos com a nossa primeira parada para prosseguirmos com a viagem. Então, acomodem-se em suas poltronas e afivalem bem os cintos, pois esse nosso percurso de aprendizados, trocas de experiências e saberes está apenas começando.

PRIMEIRA PARADA: CURRÍCULO

Para iniciarmos nossas discussões nesta primeira parada, podemos partir de alguns questionamentos: o que é currículo? Qual a relevância de abordar a noção de currículo? Para quê e para quem serve o currículo? Tais questionamentos são essenciais para aguçarem nossa curiosidade e, desse modo, buscarmos compreender melhor seus conceitos e como se apresentam em nosso cotidiano escolar.

Entre os autores que desenvolvem estudos e pesquisas sobre o assunto, reservamos uma poltrona e convidamos Sacristán (2013), que nos apresenta um brilhante trabalho sobre suas inquietações em relação a suas concepções instigantes sobre currículo. O autor instiga nosso questionamento, muitas vezes partindo do óbvio, algo que se apresenta em nosso cotidiano, porém, fazendo-nos desvelar as origens e implicações que o currículo proporciona ao indivíduo para então nos darmos conta dos seus conceitos, que se cruzam e nos causam estranhamento sobre seus significados.

Segundo Sacristán (2013), o currículo constitui a própria carreira do estudante, ou seja, nesse percurso, seus conteúdos necessitam de organização para que o educando apreenda e o amplie, tratando-se de uma prática motivada pelo diálogo que se constitui por meio dos seres sociais, quais sejam: professores, alunos, família, entre outros, e considera o currículo como um constante processo de uma prática em movimento. O autor refere que o currículo carrega consigo histórias na origem dos seus significados. E é nessas

2 A exemplo do deslocamento dos estudantes de mestrado que realizam seus percursos e que partem das inúmeras cidades do Sertão Central até a Faculdade de Filosofia Dom Aurelino Matos (FAFIDAM), localizada na cidade de Limoeiro do Norte.

histórias que ele se apresenta como a ideia de território demarcado, relacionado ao conhecimento dos conteúdos que os professores e centros de educação deveriam cobrir, ou seja, o currículo a ser ensinado faz parte da prática didática desenvolvida no processo de escolarização.

É por meio dos discursos sobre currículo que acessamos mecanismos para a compreensão do que se encontra ao nosso redor, da nossa realidade social. Nesse sentido, Sacristán (2013) aponta que o currículo não carrega em seu significado apenas algo certo ou errado, mas sim, o entendimento crítico deste que se manifesta por meio de sentidos heterogêneos construídos pelo homem. O autor traz discussões acerca de como o currículo se entrelaça no planejamento e aperfeiçoamento da educação e do ensino, ganhando espaço nas áreas de pesquisa, as quais buscaram a compreensão das relações estabelecidas entre os saberes e vivências já presentes na sociedade e aquilo que se procura alcançar através do que foi planejado.

Com base em nossas vivências, experiências, leituras e curiosidades, hoje compreendemos que currículo compõe o educar, o ensinar, o aprender. Ou seja, é o próprio conhecimento em si, que se reinventa a todo tempo. É nesse momento que o autor se acomoda na poltrona e aprecia, junto com os demais passageiros, a paisagem da janela, rumo à nossa próxima parada.

SEGUNDA PARADA: ESCOLA

As discussões acerca de como a categoria escola se entrelaça no planejamento e aperfeiçoamento das nossas vivências como docentes ganharam espaços nas áreas de pesquisa, buscando compreensões do seu papel na sociedade e de como os pesquisadores se deparam com os desdobramentos e as estranhezas em entender o papel da escola. Nesse cenário, entre os autores que desenvolvem estudos sobre esse assunto, convidamos Michael Young (2007) para ser o próximo passageiro desse ônibus, tendo em vista que esse autor esclarece sobre o conceito aqui abordado.

Em seu artigo intitulado *Para que servem as escolas?*, Young (2007) apresenta a diferenciação existente entre o conhecimento escolar e o conhecimento não escolar. Segundo o autor, o conhecimento escolar refere-se ao conhecimento teórico de caráter universal, independentemente do contexto, tratando-se do que ele denomina “conhecimento poderoso”. Já em relação ao conhecimento não escolar, aborda as vivências e experiências do cotidiano.

É importante salientar os direcionamentos que Young (2007) nos aponta em relação aos questionamentos que ele faz sobre nosso olhar perante o papel da escola. Nesse sentido, o autor explora as implicações das escolas como instituições com o propósito de promover a aquisição de conhecimento. Ele também declara que a luta pelos propósitos da escolaridade sempre acarreta duas vertentes opostas na sociedade: uma que se declara

como o desejo de emancipação; e a outra, como o de dominação.

Desde os chartistas deste país no século XIX e, mais recentemente, no caso da educação bantu na África do Sul, as classes dominantes e subordinadas têm tentado usar as escolas para atingir os seus mais diferentes objetivos. É só lembrar que Nelson Mandela foi um produto das escolas para africanos que antecederam a educação bantu para compreender que até os sistemas escolares mais opressivos podem ser usados como instrumentos de emancipação (YOUNG, 2007, p. 1292).

Não é incomum nos depararmos com ideologias que defendam o desenvolvimento da educação como base integradora do compromisso com a sociedade, mesmo que haja interrogações em seu desenvolvimento e integração entre diferentes conceitos e significados. Assim, Young (2007) nos questiona, a todo momento, sobre que conhecimento transmitir e qual o seu propósito. Para nos subsidiarmos nessa discussão, recorremos a um trecho do autor, que menciona:

“Quem recebe a escolaridade?” e “O que o indivíduo recebe?”. A luta pelas escolas neste país, com algumas exceções, considerou a segunda pergunta como já resolvida e se concentrou na primeira. É claro que os termos nos quais cada uma dessas perguntas foi debatida mudaram. A questão do “acesso” começou com a campanha por escolaridade básica gratuita no século XIX, provocou lutas pelos exames 11+2 e seleção e hoje se expressa em termos de objetivos de promover a inclusão social e ampliar a participação. É interessante notar que a ideia da luta pelo acesso deu lugar a uma abordagem centralizadora associada a políticas governamentais para a “participação abrangente”. Os debates sobre a pergunta: “O que o indivíduo recebe?” também reportam aos chartistas do século XIX e seu famoso slogan: “conhecimento realmente útil” (YOUNG, 2007, p. 1293).

É notória a inquietude de Young (2007) na defesa da abordagem dos objetivos da escolaridade voltada aos indivíduos, haja vista que ele apresenta a compreensão de que essa luta é constante e necessita ganhar espaço para que o estudante tenha amplitude e participação em relação aos conhecimentos que são compartilhados. Por sua vez, os docentes, dotados de sólida base formativa, têm um papel essencial nessa defesa. Esses conhecimentos, segundo o autor, diferenciam-se em “conhecimento poderoso” e “conhecimento dos poderosos”. O primeiro trata-se do conhecimento especializado e que deve ser apresentado para todos, e diferencia-se do segundo, que é selecionado para uma determinada e específica classe excludente e de difícil acesso aos menos favorecidos.

Ao usar a palavra “conhecimento” em termos gerais, considero útil fazer uma distinção entre duas ideias: “conhecimento dos poderosos” e “conhecimento poderoso”. O “conhecimento dos poderosos” é definido por quem detém o conhecimento. Historicamente e mesmo hoje em dia, quando pensamos na distribuição do acesso à universidade, aqueles com maior poder na sociedade são os que têm acesso a certos tipos de conhecimento; é a esse que eu chamo de “conhecimento dos poderosos” (YOUNG, 2007, p. 1294).

Ainda conforme refere Young (2007), as escolas capacitam jovens e adultos a

adquirirem conhecimentos que provavelmente não teriam em casa ou na comunidade. Esse é o espaço e papel que a escola precisa adotar perante a sociedade.

Deixamos aqui registrada a nossa opinião sobre a categoria escola, de que ela se constitui como uma instituição facilitadora e que necessita de um olhar e de valorização constante face à sociedade – que tanto maltrata a educação. É nessa instituição que florescem anseios para uma mudança eficaz do ensino e aprendizado para todo e qualquer indivíduo, independentemente de sua classe, cor, religião etc. Trata-se de uma instituição que objetiva formar e desenvolver os indivíduos em suas particularidades culturais, sociais e cognitivas.

Seguindo nossa viagem, trazemos o próximo passageiro a embarcar em nosso ônibus, o autor Antônio Cabral Neto (1997).

TERCEIRA PARADA: DEMOCRACIA

Nesta terceira e última parada, trazemos como convidado o autor Antônio Cabral Neto (1997), que nos apresenta uma multiplicidade de ideias presentes na noção de democracia. Em seu trabalho intitulado *Democracia: velhas e novas controvérsias*, ele contextualiza historicamente como essa categoria se desenvolvia.

Em sua forma histórica, a democracia dos antigos, expressa na experiência ateniense, era uma democracia direta que se realizava num espaço restrito - a cidade/Estado grega. Ela, a democracia, se processava por intermédio de um sistema de assembleias, às quais era atribuído o poder de tomar todas as decisões políticas. O comparecimento à assembleia era teoricamente permitido a todo cidadão, não havia burocracia e o governo era exercido pelo povo (CABRAL NETO, 1997, p. 288).

Cabral Neto (1997) aborda como essa democracia se condicionava nos planos das ideias dos povos antigos, almejando criar condições que assegurassem a participação da sociedade no controle dos negócios. Segundo o autor, apenas aqueles cidadãos que estivessem emaranhados nesse contexto encontravam-se credenciados para usufruírem plenamente de seus direitos civis e políticos, podendo assim participar do governo e de suas instituições políticas.

Ainda de acordo com Cabral Neto (1997), o significado e a importância da educação formal de antes diferencia-se dos dias atuais, nos quais percebemos que as discussões sobre democracia e cidadania se encontram cada vez mais presentes nos debates sociais. A democracia dos antigos, como declarada pelo referido autor, trazia, em suas vertentes, limites próprios de sua forma de organização social e carregava consigo um teor excludente, restrito, deixando boa parte da população fora da vida política, em que, teoricamente, deveriam usufruir, na prática, dos mesmos direitos. De forma sucinta, Cabral Neto (1997, p. 300) salienta que a democracia se encontra bastante vinculada ao contexto e à categoria política.

As transformações ocorridas nos séculos XIX e XX, tanto no campo político quanto no econômico, trazem, no seu interior, elementos que põem a necessidade de aprimorar mecanismos com vistas a ampliar a democracia. A questão colocada nesse momento não é democracia representativa ou democracia direta. Ela assume uma outra configuração: como articular os avanços da democracia política com a criação de condições mínimas de bem-estar para as grandes massas da população.

O autor acrescenta que essa ampliação e compreensão do termo democracia necessariamente se constitui como democracia política, vinculando-se com a redução das desigualdades sociais. Seu significado ausenta-se dos reais objetivos, caso se restrinja unicamente à democracia como forma de governo (CABRAL NETO, 1997). Segundo ele, é por meio da defesa da igualdade que testemunhamos as desigualdades extremas que emergem na sociedade, que funcionam como fator limitativo em relação ao que se compreende como democracia. O autor aponta que essa desigualdade bastante presente no convívio social acarreta também a desigualdade política.

Cabral Neto (1997) também busca salientar a necessidade de ampliação da compreensão do conceito de democracia, visando principalmente à importância de valorizarmos a essência que esse termo carrega consigo e de como construímos seus significados culturalmente. Diante disso, podemos observar que as discussões e decisões coletivas constituem essa essência da democracia e exigem de docentes a aprendizagem e a incorporação dessa prática para que se possa fazer valer o espírito democrático nos espaços em que atuamos.

Também em seu artigo, Cabral Neto (1997) menciona que a perspectiva de conhecermos e ampliarmos a dimensão política democrática não se valida apenas para a democratização socialmente exercida. É necessário que tenhamos ousadia e compromisso na geração de determinadas condições que venham a favorecer a organização social para que, assim, nossas reivindicações comportem-se de forma ordenada. O autor também afirma que essa ampliação da democracia deve ser vista como uma meta a ser alcançada, haja vista que exige a participação ativa da população nos processos políticos, sociais e administrativos. Todas essas vertentes alinhadas desencadeiam e indicam a necessidade da criação de condições sociais aceitáveis para que a população consiga estar presente em todos os processos democráticos, embasados nas dimensões sociais, políticas e culturais.

Diante do exposto, é aqui que nossa última parada se encerra, em que todos os passageiros se encontram acomodados e satisfeitos pelos saberes e vivências compartilhadas. Em um espaço único como este, as três categorias – que antes pareciam bastante complexas e antagônicas – agora se mostram fundamentadas em uma perspectiva integrada entre saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto foi realizado com o objetivo de refletir sobre os conceitos e significados das categorias currículo, escola e democracia. Para tanto, valemo-nos das contribuições de diferentes autores, como Sacristán (2000; 2013), Young (2007) e Cabral Neto (1997), que possibilitaram, por meio de seus estudos e pesquisas, pontos de vistas essenciais para a construção das discussões levantadas nesta pesquisa. Partindo do pressuposto de que seus diferentes conceitos acabam desenvolvendo ramificações que nos levam a diferentes percursos históricos e de como esses significados se apresentam em sociedade, podemos entender que esse processo de leitura e contato com as três categorias explanadas neste artigo torna-se parte da nossa formação enquanto pesquisadores, facilitando a elaboração de novos saberes mediados pelas pesquisas realizadas.

Durante as leituras realizadas, tivemos a oportunidade de perceber que os significados que cada termo carrega consigo se baseiam principalmente nas experiências e nos momentos de cada época em que suas interpretações eram exploradas e defendidas. Desse modo, deixam claro que seus diferentes significados se manifestam de acordo com a maneira com que cada sujeito social compreende escola, currículo e democracia. Também foi possível explorar os espaços em que esses diferentes termos se manifestam na sociedade, apresentando suas atuações perante as complexas realidades e os posicionamentos dos diferentes teóricos, garantindo a amplitude do desenvolvimento desses conceitos nos diferentes campos de saberes.

Por meio das reflexões apresentadas pelos autores sobre o que é escola, currículo e democracia, foi possível constatar, diante das relações estabelecidas em suas pesquisas, que a população faz parte desse processo de construção de significação. Vale ressaltar ainda que essas ideias discutem a valorização que o ser social manifesta em relação às contribuições que compartilham na formação diversificada do indivíduo.

O papel que as referidas categorias exercem na sociedade exige do homem sua atuação como produto do conhecimento que se desenvolve entre os participantes ativos presentes em seu meio. Ao relacionarmos seus diferentes conceitos, somos incapazes de escolher qual das concepções exploradas neste artigo são as mais corretas ou as mais adequadas para a atuação dos docentes. Na busca para essa resposta, o mais importante são as diferentes contribuições dos autores no que tange as diversas compreensões e os significados atribuídos.

Com a realização deste trabalho, concluímos que é enriquecedor poder observar, por variados ângulos, os conceitos de escola, currículo e democracia, e poder contribuir para futuras investigações neste campo da pesquisa, bem como subsidiar a formação crítica de docentes, enriquecendo cada vez mais as áreas dos saberes por meio de posicionamentos dos distintos autores que aqui se fizeram presentes, seguindo conosco como passageiros no trajeto do ônibus rumo a uma formação acadêmica mais densa, crítica e positiva.

REFERÊNCIAS

CABRAL NETO, Antônio. Democracia: velhas e novas controvérsias. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 2., n. 2, p. 287-312, 1997.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa currículo? *In*: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Saberes e incertezas sobre currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 16-35.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.